

---

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PREFEITURA DE MURIAÉ**

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ**  
**LEI Nº 7.271/2025**

Altera a Lei nº 6.351/2022 que, “Institui o Cadastro Municipal de Protetores e Cuidadores Individuais para Animais em Situação de Abandono ou Risco no Município de Muriaé”.

O Prefeito Municipal de Muriaé:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** – O Artigo 1º da Lei nº 6.351/2022, passará a ter a seguinte redação:

**Art. 1º-** Fica instituído o Cadastro Municipal de Protetores e Cuidadores Individuais de Animais em situação de Abandono ou Risco, no Município de Muriaé.

**Parágrafo Único:** Será considerado por Protetores e Cuidadores Individuais de Animais, toda pessoa física com plena capacidade civil devidamente registradas junto ao órgão responsável, que protegem e promovem a conscientização em prol dos animais errantes ou semirrantes em situação de abandono ou risco, sendo tutores de no mínimo 05(cinco) animais resgatados. Providenciando os cuidados e procedimentos necessários para assegurar a saúde e integridade física e psicológica desses animais, reestabelecendo seu bem-estar, encaminhando-os a esterilização cirúrgica, vacinação e todos cuidados necessários, para que sejam encaminhados a uma adoção responsável.

**Art. 2º** – O Artigo 2º e seus incisos da Lei nº 6.351/2022, passam a ter a seguinte redação:

**Art. 2º** Para requerer a solicitação de cadastrado como protetor ou cuidador, o interessado deverá ser civilmente capaz, apresentando junto a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, os seguintes documentos:

Dados pessoais (nome completo, endereço, Identidade, CPF, telefone e e-mail);

Endereço completo dos locais onde acolhem os animais e desenvolvem as funções de protetores e cuidadores, sendo obrigatoriamente dentro do Município de Muriaé-MG;

Termo de Responsabilidade junto a Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade e a CODEMA;

**§1º** Após efetivada a solicitação junto ao órgão responsável, e concluída a inspeção dos documentos apresentados, bem como do local de acolhimento, quais serão de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, podendo ser suprida por organizações de terceiro setor, será autorizado o cadastramento.

**Art. 3º** O Artigo 3º e incisos da Lei nº 6.351/2022, passará a ter a seguinte redação:

**Art. 3º** São deveres dos protetores e cuidadores de animais:

Assegurar o bem-estar dos animais, garantindo condições adequadas para saúde e higiene individual, incluindo o controle de parasitoses, circulação de ar, acesso ao sol e a área coberta, mantendo-lhes a comodidade e segurança;

Oferecer alimentação de boa qualidade sendo administrada em quantidade compatível com a necessidade da espécie e faixa etária de cada animal;

Manter as vacinas dos animais em dia, como a raiva, reforçando a dose conforme recomendação de médico veterinário;

Providenciar assistência médica veterinária sempre que necessário, garantindo ao animal todo cuidado necessário afim de evitar o sofrimento do animal, tomando todas as providências possíveis.

**Art. 4º** O Artigo 4º e seus parágrafos da Lei nº 6.351/2022, passará a ter a seguinte redação:

**Art. 4º** São Direitos dos Protetores e Cuidadores, devidamente cadastrados junto ao órgão responsável:

**§1º** Preferência nos programas públicos de castração e vacinação tendo o acesso aos agentes de saúde no local de acolhimentos dos animais, sempre que necessário;

**§2º** A priorização nas doações de insumos e medicamentos veterinários quando disponíveis.

**Art. 5º** (VETADO).

**Art. 6º** O Artigo 6º e seus parágrafos da Lei nº 6.351/2022, passará a ter a seguinte redação:

**Art. 6º** Os protetores e cuidadores devidamente cadastrados deverão manter um arquivo de fácil acesso, contendo os laudos de inspeção, documentação sobre o tratamento e procedimentos feitos, prontuários atualizados, carteira de vacinação, óbito e adoção além do comprovante de castração de cada animal.

**§1º** A omissão, distorção ou qualquer outra forma de manipulação das informações de que se trata o caput deste artigo, bem como as informações de cadastro previstas no art. 2º, para obtenção de vantagens pessoais ou prejuízo de terceiros, por parte dos cuidadores e protetores inscritos junto ao Município, motivará sua exclusão no referido cadastro;

**§2º** O arquivo narrado no caput, deve possuir também um relatório preenchido e atualizado semestralmente, junto ao órgão competente, nos moldes do Anexo I desta lei;

**§3º** Em casos de adoção responsável ou de acolhimento de novo animal, deve o protetor ou cuidador, comunicar e atualizar o seu cadastro junto ao órgão responsável;

**§4º** Os arquivos devem permanecer sob a responsabilidade de cada protetor, pelo período de até 01 (um) ano, após a efetiva adoção ou óbito do animal além da fundamentação específica.

**Art.7º** O Artigo 7º da Lei nº 6.351/2022, passará a ter a seguinte redação:

**Art.7º** A responsabilidade para fiscalização e aplicação desta Lei será de Competência da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

**Art.8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

**MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.**

Muriaé, 24 de junho de 2025.

**ELVANDRO MACIEL DA SILVA**

Presidente da Câmara Municipal de Muriaé

#### **ANEXO I**

FICHA DE CADASTRO DE PROTETOR E CUIDADOR INDIVIDUAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS (VETADO).

**Publicado por:**

Alan Dala Paula Torres

**Código Identificador:**9D3C39FD

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 25/06/2025. Edição 4049

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>